



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E GERENCIAMENTO DE RISCOS

**OBJETO:** Análise da viabilidade técnica e econômica para a escolha da melhor solução visando atender à demanda de **Revitalização da Praça Prefeito Ladislau Deak Filho**, conforme especificações do Termo de Referência, Memorial Descritivo e demais anexos.

**REQUISITANTES:** Secretaria Municipal de Infraestrutura

### LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

- Lei nº 14.133/2021: Normas para Licitações e Contratos da Administração Pública.
- Resolução TCE/MS nº 88/2018 e suas alterações;
- Decreto Municipal nº 70/2025: Dispõe sobre o Estudo Técnico Preliminar;
- Decreto Municipal nº 95/2025: Dispõe sobre as práticas de gestão de risco; e
- Demais legislações pertinentes.

### I. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

A presente contratação decorre da necessidade de revitalização da Praça Prefeito Ladislau Deak Filho, importante equipamento público localizado na área central do Município de Bataguassu/MS, com área aproximada de 4.500,00 m<sup>2</sup>, tradicionalmente utilizada pela população para lazer, convivência social, descanso, circulação de pedestres e realização de atividades comunitárias.

Atualmente, o espaço demanda intervenções estruturais e funcionais em razão da ausência de manutenção adequada ao longo do tempo, situação que resultou no desgaste de pavimentos, mobiliários urbanos deteriorados, deficiência de acessibilidade, iluminação insuficiente em determinados pontos, elementos paisagísticos comprometidos e necessidade de modernização geral da infraestrutura existente. Tal cenário reduz a atratividade da praça, limita seu uso pleno pela comunidade e compromete a segurança, o conforto e a experiência dos usuários.



Sob a perspectiva do interesse público, a revitalização mostra-se necessária para restabelecer a funcionalidade e a qualidade do espaço urbano, promovendo ambiente seguro, acessível e adequado para uso intergeracional. Conforme memorial descritivo, a solução contempla requalificação completa com substituição e instalação de novo mobiliário urbano, renovação dos sistemas de pavimentação, implantação de piso tátil, melhorias de iluminação, paisagismo, manutenção e adequação do playground existente, além da construção de nova fonte ornamental, medidas que contribuem para valorização urbanística e social do local.

A intervenção pretendida também atende aos princípios da eficiência administrativa e da promoção do bem-estar coletivo, ao recuperar patrimônio público relevante e incentivar a ocupação positiva dos espaços urbanos, fortalecendo o convívio social, a prática de atividades ao ar livre, a integração comunitária e a sensação de pertencimento da população.

Dessa forma, a contratação da obra revela-se necessária e oportuna, constituindo medida concreta voltada à preservação do patrimônio público municipal e à melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

## **II. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO.**

A presente contratação está alinhada com o Plano de Contratações Anual para o exercício de 2026, de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/2021. O plano foi publicado no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme dados abaixo:

- I) ID PCA no PNCP: 03576220000156-0-000001/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 31/10/2025
- III) Data de republicação no PNCP: 28/04/2026
- IV) Id do item no PCA: 309/2026
- IV) Classe/Grupo: Obras



### III. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**3.1.** O projeto básico e memorial descritivo estabelecem as condições técnicas a serem obedecidas na execução das obras e serviços, fixando os parâmetros a serem atendidos para materiais, serviços e equipamentos, e são parte integrante destes estudos, bem como dos contratos de obras e serviços.

**3.2.** Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade pela legislação vigente e padrões exigidos nesse instrumento, Termo de Referência e no Projeto Básico.

**3.3.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

**3.4.** A Contratada deve responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

**3.5.** A Contratada deve manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**3.6.** A Contratada sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município, encarregada de acompanhar a execução dos serviços, prestando esclarecimentos solicitados, atendendo as reclamações formuladas.

**3.7.** O objeto contratado deverá estar dentro das normas de Legislação vigente de qualidade/técnica, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

**3.8.** A Contratada deverá:

**a)** Responsabilizar-se com a execução dos serviços contratados, bem como com as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto. A inadimplência da contratada, com referência a esses encargos, não transfere a contratante a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado;



- b)** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Bataguassu ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo representante do Município;
  - c)** Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.
  - d)** Comunicar ao Órgão Gestor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
  - e)** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
  - f)** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.
  - g)** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação.
- 3.9.** As penalidades ou multas impostas pelos órgãos competentes pelo descumprimento das disposições legais que regem a execução do objeto do presente Termo serão de inteira responsabilidade da Contratada, devendo, se for o caso, obter licenças, providenciar pagamento de impostos, taxas e serviços auxiliares.
- 3.10.** Comunicar aos fiscais de contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.
- 3.11.** A Contratada deverá paralisar, por determinação do Órgão Gestor, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 3.12.** A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto



da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

**3.13.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**3.14.** O objeto da contratação deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**3.15.** Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos da Lei n. 14.133/2021:

**3.15.1.** Advertência;

**3.15.2.** Multa;

**3.15.3.** Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração e,

**3.15.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**3.16. Especificação (detalhamento)**

**3.16.1.** O objeto da presente contratação é:

Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Unid.	Quant.
01	004.004.177	REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA PREFEITO LADISLAU DEAK FILHO SEGUNDO TODOS OS DOCUMENTOS ANEXOS AO PROCESSO. Revitalização da Praça Prefeito Ladislau Deak Filho, localizada no Centro do município de Bataguassu/MS, conforme orçamento sintético, orçamento analítico, cronograma físico-financeiro, curva ABC de serviços, composição do BDI, memória de cálculo, memorial descritivo, declaração de atividade isenta junto ao IMASUL, Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e projeto arquitetônico completo, com a execução de passeio em piso intertravado de concreto, totalizando 2.187,18 m². Local da Obra: Cruzamento da Av. Presidente Prudente com a Rua Brasilândia (Praça do Redondo). Segundo todos os documentos anexos ao	Obra	01



		processo.		
--	--	-----------	--	--

### **3.17. Tipo de Serviço**

**3.17.1.** O objeto deste estudo é a reforma e revitalização da Praça Prefeito Ladislau Deak Filho. A obra será executada utilizando a metodologia de construção convencional, visando garantir a segurança e a durabilidade das estruturas e instalações. O projeto tem a natureza de obra de engenharia e se enquadra em obras comuns de engenharia, conforme alínea "a" do inciso XXI, do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

**3.17.2** Considerando os aspectos do projeto de engenharia para execução da obra, caracteriza-se a obra como Obra Comum de Engenharia, levando em conta que:

- a)** Os serviços a serem realizados possuem um nível reduzido de complexidade técnica;
- b)** Esses serviços são comumente executados pela Administração Pública;
- c)** Os métodos construtivos, equipamentos e materiais empregados são amplamente utilizados no setor de construção de complexos públicos;
- d)** Os critérios de desempenho e qualidade são avaliados com base em especificações técnicas padrão;
- e)** Há uma variedade de empresas qualificadas e capazes de participar do processo licitatório.

### **3.18. Subcontratação**

**3.18.1.** Não deverá transferir a terceiros, por qualquer forma, nem subcontratar qualquer parte do objeto.

### **3.19. Garantia da contratação**

**3.19.1.** Não será exigida garantia de execução contratual, conforme previsto nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto licitado.

### **3.20. Vistoria**

**3.20.1.** Para garantir que as propostas apresentadas pelos licitantes sejam compatíveis com as reais condições do local de execução dos serviços, é imprescindível a realização de vistoria prévia. A vistoria permitirá que os licitantes compreendam plenamente as especificidades e possíveis desafios inerentes ao projeto, incluindo, mas não se limitando a:

- a)** Acesso ao local e logística de transporte de materiais.



- b) Infraestrutura existente que pode impactar a execução dos serviços.
  - c) Condições topográficas e ambientais que exigem adaptações específicas.
  - d) Necessidade de coordenação com outras obras ou serviços já em andamento no local.
- 3.20.2.** A exigência da vistoria prévia visa assegurar a apresentação de propostas realistas, minimizar a necessidade de aditivos contratuais e promover a equidade entre os concorrentes, uma vez que todos terão acesso às mesmas informações detalhadas sobre o local da obra.

#### **IV. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHESS DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA.**

A estimativa das quantidades e o cálculo dos valores elencados foi realizada pela equipe de Engenharia da Prefeitura Municipal.

O quantitativo da contratação foi estabelecido com base na demanda para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, no atendimento da demanda de revitalização da Praça Prefeito Ladislau Deak Filho.

O quantitativo total está disponibilizado através de planilha orçamentária, que contém os quantitativos e os respectivos preços unitários de cada serviço.

Os serviços deverão ser realizados na Praça Prefeito Ladislau Deak Filho (Praça do Redondo), localizada na Rua Brasilândia, cruzamento com Av. Presidente Prudente, Centro, no município de Bataguassu-MS, conforme elencado nos projetos de engenharia e memória de cálculo.

#### **V. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR.**

O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. Após a verificação do objeto demandado e dos requisitos da contratação foi realizado o



levantamento de mercado, que identificou as seguintes opções disponíveis para solucionar o problema:

**a) Manutenção corretiva pontual, com execução apenas de reparos localizados no entorno da praça e substituição parcial do mobiliário urbano:** consistiria na realização de reparos isolados em calçadas, bancos, iluminação e pintura, sem reformulação global do espaço. Embora apresente menor desembolso inicial, tal alternativa mostra-se insuficiente para solucionar de forma definitiva os problemas existentes, uma vez que preservaria estruturas já defasadas, não promoveria modernização do ambiente, limitaria os ganhos de acessibilidade e poderia gerar recorrência de gastos com novos reparos em curto prazo.

**b) Manutenção direta pela Administração, com utilização de mão de obra própria e aquisição isolada de materiais:** verificou-se que a execução da solução demanda serviços especializados e integrados (incluindo serviços preliminares, regularização, pavimentação, urbanização, instalações e demais etapas previstas em projeto), o que exige planejamento técnico, disponibilidade contínua de equipes, equipamentos e logística compatível com o cronograma. Assim, a execução direta se mostra limitada diante da estrutura operacional do Município e da necessidade de assegurar padronização, qualidade técnica e responsabilidade integral pela obra, especialmente quanto ao cumprimento de normas técnicas aplicáveis e à coordenação simultânea de múltiplas frentes de serviço.

**c) Locação/contratação de estruturas temporárias para recompor parcialmente o uso do espaço público:** essa alternativa envolve, por exemplo, instalação provisória de elementos de lazer e convivência, contudo, ela não resolve o problema de forma definitiva, não atende ao objetivo de requalificação urbanística e não representa economicidade, pois implicaria dispêndios recorrentes sem entrega de bem durável incorporado ao patrimônio público.

**d) Contratação de empresa especializada para execução de obra de revitalização, incluindo a mão de obra, materiais e todos os equipamentos necessários, conforme projetos e memorial descritivo:** diante das alternativas avaliadas, concluiu-se que essa é a solução mais adequada, pois assegura maior



eficiência na execução, melhor controle de qualidade, atendimento às normas técnicas e compatibilidade com o planejamento urbano previsto, além de possibilitar a entrega de solução completa e integrada, com intervenções estruturadas que incluem melhorias significativas, como nova pavimentação, acessibilidade, mobiliário urbano, playground, iluminação, paisagismo, pintura e implantação de fonte ornamental.

Sob o ponto de vista econômico, a contratação integrada por obra apresenta maior racionalidade de custos quando comparada a intervenções parciais e sucessivas, reduzindo retrabalhos, desperdícios e custos indiretos decorrentes de paralisações, contratações repetidas e manutenções frequentes. Além disso, a execução conforme planejamento técnico único favorece a durabilidade dos serviços e o adequado aproveitamento dos recursos públicos, com incorporação permanente de melhorias ao patrimônio municipal.

Assim, tecnicamente e economicamente, justifica-se a escolha pela execução integral da revitalização da Praça Prefeito Ladislau Deak Filho por empresa do ramo da construção civil, em regime compatível com obras públicas, com base em projetos e especificações técnicas previamente definidos, garantindo a recomposição do espaço e a requalificação urbana necessária ao pleno atendimento do interesse público.

Por fim, quanto ao modo de se contratar a prestação dos serviços, foram analisadas as diversas modalidades disponíveis na legislação, sendo mais adequada a realização de processo licitatório na modalidade **concorrência**, tendo em vista que se trata de obra de engenharia com valor estimado superior ao limite de dispensa de licitação.

Nesse sentido, a solução apresentada neste estudo é a realização de licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com formalização de Contrato Administrativo, para a execução dos serviços de Revitalização da Praça Prefeito Ladislau Deak Filho, conforme o Termo de Referência, Memorial Descritivo e demais anexos, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.



**VI. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO.**

O valor estimado da contratação é de **R\$ 714.418,41 (setecentos e catorze mil, quatrocentos e dezoito reais e quarenta e um centavos)**. A presente estimativa foi auferida com base na Planilha Orçamentária, anexa ao processo.

**VII. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO.**

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada em engenharia/construção civil para execução da obra de revitalização integral da Praça Prefeito Ladislau Deak Filho, compreendendo o fornecimento de materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra, transporte, encargos, responsabilidade técnica e todos os insumos necessários à perfeita execução do objeto, em conformidade com os projetos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e memorial descritivo.

A intervenção contempla, de forma integrada, a requalificação urbanística e funcional do espaço público, abrangendo, entre outras, as seguintes etapas principais:

I – instalação de canteiro, sinalização provisória, placa de obra e demais serviços preliminares;

II – demolição controlada, remoção e destinação ambientalmente adequada de estruturas deterioradas, mobiliários antigos e pavimentos comprometidos;

III – execução de nova locação e adequação geométrica dos elementos previstos em projeto;

IV – implantação de novos sistemas de pavimentação, incluindo piso intertravado, piso de concreto e piso tátil direcional e de alerta, assegurando acessibilidade e circulação segura;



V – fornecimento e instalação de novo mobiliário urbano, incluindo bancos, mesas e equipamentos de convivência;

VI – revitalização e complementação da área de playground, com fechamento perimetral e instalação de brinquedos;

VII – construção de nova fonte ornamental com estrutura civil, impermeabilização, casa de máquinas, bombas, tubulações, bicos emissores e demais componentes hidráulicos e elétricos;

VIII – execução de paisagismo, recomposição vegetal, plantio ornamental e tratamento das áreas verdes;

IX – modernização da iluminação interna da praça, com postes metálicos, luminárias LED, eletrodutos, cabeamento, aterramento e demais dispositivos necessários;

X – serviços de pintura, acabamentos, testes operacionais, limpeza final e entrega da obra em condições plenas de uso.

Todos os materiais empregados deverão ser novos, de primeira qualidade, atender às normas técnicas aplicáveis, possuir procedência regular e desempenho compatível com uso contínuo em área pública externa. A execução deverá observar rigorosamente as normas da ABNT, regras de segurança do trabalho, acessibilidade, legislação ambiental e orientações da fiscalização municipal.

Quanto à manutenção e assistência técnica, a contratada deverá:

a) Prestar garantia legal e contratual dos serviços executados e dos materiais incorporados à obra, responsabilizando-se pela correção de defeitos construtivos, vícios de execução ou falhas verificadas após o recebimento, nos prazos previstos em lei e no instrumento contratual;

b) Realizar, sem ônus adicional à Administração durante o período de garantia, reparos, substituições, regulagens e ajustes necessários em equipamentos instalados, especialmente luminárias, componentes elétricos, bombas, dispositivos hidráulicos da fonte e itens de fixação do mobiliário;

c) Fornecer manuais, catálogos técnicos, certificados de garantia e orientações operacionais dos equipamentos eventualmente instalados;



d) Promover testes de funcionamento e treinamento básico dos servidores designados pelo Município para operação inicial da fonte ornamental e demais sistemas específicos;

e) Atender às solicitações da Administração dentro de prazo razoável a ser definido no Termo de Referência e contrato, sempre que constatadas falhas relacionadas ao objeto executado.

Ao final, a praça deverá ser entregue plenamente revitalizada, segura, acessível, funcional e apta ao uso imediato pela população, representando solução completa e duradoura para recuperação do espaço público municipal.

### **Justificativa da não participação de consórcio de empresas**

Nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a vedação à participação de empresas em consórcio deve ser devidamente motivada. No presente caso, o objeto não se caracteriza como de grande vulto, tampouco envolve alta complexidade técnica, o que afasta a necessidade de permitir a formação de consórcios, conforme parâmetros legais.

Adicionalmente, a estrutura administrativa da Prefeitura de Bataguassu é enxuta, não dispondo de recursos adequados para gerenciar contratações com consórcios, o que poderia comprometer a eficiência da gestão contratual. Ressalta-se ainda que a permissão para atuação consorciada poderia reduzir a competitividade do certame, ao favorecer a união de potenciais concorrentes.

Dessa forma, a vedação à participação de consórcios visa preservar a ampla concorrência e a vantajosidade da contratação, sem prejuízos técnicos ou econômicos à Administração.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

A exigência de apresentação da certidão negativa de falência (conforme o art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021) e/ou balanço patrimonial é essencial para assegurar que a licitante se encontra em situação financeira saudável, diminuindo o risco de interrupção na execução do contrato devido a questões econômicas adversas, como



insolvência ou falência. Essa medida é indispensável para proteger o interesse público, garantindo a continuidade dos serviços ou obras objeto da licitação.

### **Qualificação Técnico-Operacional**

A comprovação de capacidade técnico-operacional, por meio de atestados ou certidões que evidenciem a realização de atividades similares em características, quantidade, prazo e complexidade tecnológica compatíveis com o objeto licitado, é indispensável para assegurar que a licitante possui experiência e capacidade técnica para executar o serviço licitado.

No caso específico das obras de engenharia, tal requisito fundamenta-se na necessidade de garantir a entrega de um serviço que atenda aos padrões de qualidade e prazos esperados pela Administração Pública.

## **VIII. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo Art. 47 estabelece que devem ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos com a divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Para a obra de revitalização da Praça Prefeito Ladislau Deak Filho, a análise técnica sugere que o parcelamento pode resultar em complexidade adicional e potencial comprometimento da integridade dos serviços a serem executados. A divisão da obra poderia gerar dificuldades na coordenação entre os diferentes contratos, prejudicando a qualidade e a eficiência da execução. Os riscos associados à divisão do projeto superam os benefícios da competição ampliada, considerando a interdependência entre as etapas da restauração e a necessidade de um processo contínuo e bem coordenado.

Considerando o caráter integrado dos serviços a serem prestados, a decisão é pela **NÃO ADOÇÃO DO PARCELAMENTO**. A justificativa baseia-se no potencial risco técnico e operacional que a divisão da obra implicaria, além de aumentar os custos de



gestão e supervisão do contrato. Optou-se por manter o projeto como um contrato único para garantir a eficiência na execução e a qualidade do resultado final.

Esta decisão alinha-se aos preceitos do Artigo 40, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, garantindo que a gestão do contrato permaneça eficaz e que os objetivos de qualidade e integridade da obra sejam mantidos. A opção por não parcelar o objeto reflete uma abordagem prudente, que valoriza a entrega de uma infraestrutura urbana duradoura e segura para a população de Bataguassu.

## **IX. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS**

A contratação da obra de revitalização da Praça Prefeito Ladislau Deak Filho visa alcançar resultados concretos e mensuráveis relacionados à economicidade, à eficiência na aplicação dos recursos públicos e ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis no âmbito da Administração Municipal.

Do ponto de vista da economicidade, a execução da revitalização por meio de obra planejada e integrada permite a realização dos serviços conforme projetos e especificações previamente definidos, evitando intervenções fragmentadas, paliativas e sucessivas, que tendem a gerar custos recorrentes com manutenção corretiva, retrabalhos e recomposição de trechos deteriorados. Assim, ao promover a recomposição estrutural e urbanística do espaço de forma completa, busca-se reduzir o custo total de ciclo de vida do equipamento público, assegurando maior durabilidade e melhor relação custo-benefício, com incorporação definitiva das melhorias ao patrimônio municipal.

Quanto ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, a contratação permitirá que as equipes próprias do Município, especialmente as vinculadas à Secretaria Municipal responsável pela fiscalização e acompanhamento técnico, atuem prioritariamente nas atividades de gestão, supervisão, controle de qualidade e monitoramento da execução, sem comprometer a capacidade operacional da Administração com execução direta de serviços que demandam mão de obra contínua,



especializada e logística própria. Dessa forma, preserva-se a força de trabalho municipal para atendimento de outras demandas essenciais e simultâneas de manutenção urbana, evitando sobrecarga das equipes e garantindo maior eficiência administrativa.

No que se refere ao aproveitamento dos recursos materiais e financeiros, a execução por empresa contratada, com fornecimento integral de insumos, equipamentos e materiais, possibilita melhor previsibilidade orçamentária e controle da despesa pública, uma vez que os custos estarão definidos em planilha e contrato, com medições e pagamentos vinculados à efetiva execução. Além disso, a centralização do fornecimento e da execução sob responsabilidade da contratada reduz perdas decorrentes de aquisições isoladas, armazenagem prolongada, desperdícios de materiais e paralisações por falta de insumos, promovendo maior racionalidade na gestão dos recursos.

Como resultado pretendido, espera-se que a revitalização proporcione: (i) recomposição e requalificação completa da praça; (ii) melhoria da infraestrutura urbana e do ambiente paisagístico, com implantação/adequação de áreas verdes e reorganização do espaço; (iii) ampliação da funcionalidade do equipamento público, com acréscimo de mobiliário público ; (iv) aumento da segurança, conforto e acessibilidade para a população; e (v) valorização do patrimônio público e incentivo ao uso comunitário do espaço, reduzindo custos futuros com correções emergenciais e manutenção corretiva.

Dessa forma, a contratação está orientada à entrega de uma solução definitiva e sustentável, assegurando a adequada aplicação dos recursos disponíveis e promovendo benefícios diretos e permanentes à coletividade, com melhor aproveitamento da estrutura administrativa e financeira municipal.



**X. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, TAIS COMO ADAPTAÇÕES NO AMBIENTE DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE, NECESSIDADE DE OBTENÇÃO DE LICENÇAS, OUTORGAS OU AUTORIZAÇÕES, CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL.**

Antes da celebração do contrato, a Administração Municipal deverá adotar um conjunto de providências com vistas a garantir a regularidade jurídica, técnica e operacional da contratação, conforme determina a Lei nº 14.133/2021. Tais medidas visam assegurar a adequada execução do objeto, o controle eficiente da aplicação dos recursos públicos e o cumprimento das exigências legais e administrativas pertinentes.

As principais providências incluem:

- a)** Análise jurídica e orçamentária do processo, com verificação da compatibilidade da despesa com o orçamento vigente e da legalidade da minuta contratual.
- b)** Designação formal dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, com publicação de portarias específicas, em conformidade com os artigos 117 a 120 da Lei nº 14.133/2021.
- c)** Atualização dos registros de planejamento e transparência, com publicação das informações no Portal da Transparência do Município e demais sistemas de controle interno e externo, garantindo o acesso público aos dados do procedimento.

Essas providências são essenciais para assegurar que o contrato seja celebrado com segurança jurídica, que a execução ocorra dentro dos parâmetros técnicos e legais previstos, e que a Administração atue de forma preventiva na mitigação de riscos contratuais.

**XI. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Não há contratações correlatas ou interdependentes.



**XII. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL.**

Considerando que trata-se de obra de engenharia e ainda que, a administração municipal não dispõe de um profissional técnico da área ambiental (engenheiro ambiental ou similar) para realizar o levantamento de possíveis impactos ambientais e suas medidas mitigadoras, esta equipe de planejamento deixará de abordar este tópico.

**XIII. GERENCIAMENTO DE RISCO**

<b><u>RISCO 1</u></b>	<b>Planejamento deficiente, causando prejuízo na execução das etapas do objeto.</b>		
<b>ETAPA</b>	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Planejamento ( ) Seleção do fornecedor ( ) Execução do Contrato		
<b>Probabilidade</b>	( ) Muito baixo ( ) Alto	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Baixo ( ) Muito alto	( ) Médio
<b>Impacto</b>	( ) Muito baixo ( ) Alto	( ) Baixo ( ) Muito alto	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Médio
<b>Medida(s)</b>	Realizar planejamento eficiente e quantificar adequadamente o objeto, conforme a realidade do município. Revisão dos quantitativos.		
<b>Responsável</b>	Setor de Engenharia		
<b><u>RISCO 2</u></b>	<b>Elaboração do Termo de Referência (TR) inadequado.</b>		
<b>ETAPA</b>	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Planejamento ( ) Seleção do fornecedor ( ) Execução do Contrato		
<b>Probabilidade</b>	( ) Muito baixo ( ) Alto	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Baixo ( ) Muito alto	( ) Médio
<b>Impacto</b>	( ) Muito baixo ( ) Alto	( ) Baixo ( ) Muito alto	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Médio



<b>Medida (s)</b>	Elaborar adequadamente o projeto básico, conforme as características do objeto contratado e solicitar a revisão deste pelo setor competente. Refazer o Termo de Referência.
<b>Responsável</b>	Equipe de Planejamento / Setor de Engenharia
<b><u>RISCO 3</u></b>	<b>Propostas com preços inexequíveis</b>
<b>ETAPA</b>	( ) Planejamento ( <b>X</b> ) Seleção do fornecedor ( ) Execução do Contrato
<b>Probabilidade</b>	( ) Muito baixo ( ) Baixo ( <b>X</b> ) Médio ( ) Alto ( ) Muito alto
<b>Impacto</b>	( ) Muito baixo ( ) Baixo ( <b>X</b> ) Médio ( ) Alto ( ) Muito alto
<b>Medida (s)</b>	Exigência de planilhas detalhadas e análise de composição de custos; aplicação da regra do §3º do art. 59 da Lei 14.133/21
<b>Responsável</b>	Pregoeiro.
<b><u>RISCO 4</u></b>	<b>Contratação de empresa incapaz de executar o contrato.</b>
<b>ETAPA</b>	( ) Planejamento ( <b>X</b> ) Seleção do fornecedor ( ) Execução do Contrato
<b>Probabilidade</b>	( ) Muito baixo ( <b>X</b> ) Baixo ( ) Médio ( ) Alto ( ) Muito alto
<b>Impacto</b>	( ) Muito baixo ( ) Baixo ( <b>X</b> ) Médio ( ) Alto ( ) Muito alto
<b>Medida (s)</b>	Avaliação da capacidade técnico operacional da empresa a ser contratada. Rescisão contratual e reinício da contratação.
<b>Responsável</b>	Pregoeiro / Setor de Engenharia
<b><u>RISCO 5</u></b>	<b>Atraso na execução e descumprimento do cronograma.</b>
<b>ETAPA</b>	( ) Planejamento ( ) Seleção do fornecedor ( <b>X</b> ) Execução do Contrato
<b>Probabilidade</b>	( ) Muito baixo ( ) Baixo ( ) Médio ( <b>X</b> ) Alto ( ) Muito alto



<b>Impacto</b>	( ) Muito baixo      ( ) Baixo      ( ) Médio ( <b>X</b> ) Alto      ( ) Muito alto
<b>Medida (s)</b>	Fiscalizar o contrato e prazo de execução proposto. Aplicação de notificação e penalidades para que a contratada cumpra o cronograma.
<b>Responsável</b>	Fiscal do contrato
<b><u>RISCO 6</u></b>	<b>Execução do objeto em desacordo com o contratado</b>
<b>ETAPA</b>	( <b>X</b> ) Planejamento      ( ) Seleção do fornecedor ( <b>X</b> ) Execução do Contrato
<b>Probabilidade</b>	( ) Muito baixo      ( ) Baixo      ( <b>X</b> ) Médio ( ) Alto      ( ) Muito alto
<b>Impacto</b>	( ) Muito baixo      ( ) Baixo      ( <b>X</b> ) Médio ( ) Alto      ( ) Muito alto
<b>Medida (s)</b>	Elaboração do projeto básico e especificações técnicas adequadas, fiscalização do contrato e dos serviços executados.
<b>Responsável</b>	Setor de Engenharia / Fiscal do contrato
<b><u>RISCO 7</u></b>	<b>Aumento inesperado no custo de insumos.</b>
<b>ETAPA</b>	( <b>X</b> ) Planejamento      ( ) Seleção do fornecedor ( <b>X</b> ) Execução do Contrato
<b>Probabilidade</b>	( ) Muito baixo      ( ) Baixo      ( <b>X</b> ) Médio ( ) Alto      ( ) Muito alto
<b>Impacto</b>	( ) Muito baixo      ( ) Baixo      ( <b>X</b> ) Médio ( ) Alto      ( ) Muito alto
<b>Medida (s)</b>	Previsão contratual de reequilíbrio econômico-financeiro conforme art. 124 da Lei 14.133/21; análise prévia de viabilidade financeira.
<b>Responsável</b>	Equipe de Planejamento, Fiscal de Contrato.



Mapa de Riscos:

I M P A C T O	P R O B A B I L I D A D E					
		MUITO BAIXO	BAIXO	MÉDIO	ALTO	MUITO ALTO
	MUITO ALTO	Médio	Alto	Extremo	Extremo	Extremo
	ALTO	Médio	Alto	Alto	Alto	Extremo
	MÉDIO	Médio	Médio	Alto	Alto	Extremo
	BAIXO	Baixo	Baixo	Médio	Alto	Alto
	MUITO BAIXO	Baixo	Baixo	Médio	Médio	Médio

LEGENDA: Vermelho: Risco extremo – Amarelo: Risco alto – Branco: Risco médio e Verde: Risco baixo

#### XIV. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Após análises e levantamentos, com base no estudo exposto acima, pode-se concluir que o objeto de contratação do presente ETP é viável, além de ser necessário para o atendimento das necessidades de infraestrutura urbana de Bataguassu, estando em conformidade com a Lei Orçamentária Anual – Lei Municipal nº 3.228/2025.

Bataguassu-MS, 29 de abril de 2026.

Elaboração:

**Geovani Tavares Martim**  
Equipe de Planejamento  
Portaria n. 709/2025

**Nathália Schulz Cardoso**  
Equipe de Planejamento  
Portaria n. 709/2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**BATAGUASSU**  
ORDEM E PROGRESSO | 2025 - 2028

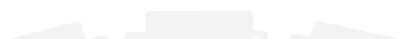
**SEPLAN**

Secretaria Municipal de  
Planejamento e Licitações

**Vivian Gurke Waldow**

Arquiteta Urbanista  
CAU n. A252938-6

**Aprovado por:**



**Eliane de Oliveira Souza**

Secretária Municipal de Infraestrutura

